

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO NEDET NO TERRITÓRIO PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU – SEMIÁRIDO BAIANO.

Cleiton Lin de Oliveira Silva – NEDET/UNEB Campus VII – cleitonlin@hotmail.com
Edonilce da Rocha Barros – NEDET/PPGESA/UNEB Campus III – edobarros@uol.com.br

Resumo

A abordagem territorial do desenvolvimento rural sustentável é uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes e políticas públicas na perspectiva de proporcionar a redução das desigualdades, o respeito à diversidade, a solidariedade, a justiça social. O processo de gestão da política de desenvolvimento territorial se dá institucionalmente através dos Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável - (CODETERS), integrado por representantes do poder público e da sociedade civil tem como referência para a sua atuação o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável – PTDRS. Os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial são unidades administrativas com função de apoiar ações de extensão e de assessoramento técnico aos Colegiados Territoriais (CODETERS) e demais atores dos territórios rurais. É um instrumento que vincula-se à estratégia de fortalecimento e consolidação da abordagem territorial da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Na Bahia os territórios são identificados como Territórios de Identidade, contando atualmente com 27 territórios, incluindo todos os municípios baianos. O Governo da Bahia reconhece a organização territorial a partir da Lei N° 13.214/2014 ao instituir o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial – CEDETER e os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável – CODETERS reitera a fundamental importância da gestão social dos territórios, haja visto que torna mais acessível o diálogo entre a sociedade civil e o poder público.

Palavras Chave: Política. Território. Gestão Social

Política de Desenvolvimento e Território

A abordagem territorial do desenvolvimento rural sustentável é uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes e políticas públicas e essa abordagem pode proporcionar a redução das desigualdades, o respeito à diversidade, a solidariedade, a justiça social. A concepção de desenvolvimento territorial está pautada nas formas de atuação do Estado e dos diversos atores sociais no

que tange as políticas públicas de desenvolvimento e combate a pobreza. Em 29 de dezembro de 2014, o Governador do estado da Bahia sancionou a Lei nº 13.214 que dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado, consolidando, desse modo, o desenho territorial como base para o planejamento das políticas públicas. Salienta-se que essa política já está em curso na quase totalidade dos estados brasileiros que desde 2003.

A perspectiva desenvolvimentista que marcou o ideário do país na década de 1950, sem dúvida teve o mérito de pensar o Brasil a partir de sua própria realidade. Mas por razões históricas, não conseguiu ultrapassar o viés economicista, que, no tocante ao Nordeste brasileiro associava o conceito de desenvolvimento exclusivamente a elementos de ordem econômica. Uma exceção a esta tendência foi o trabalho de Celso Furtado. Em 1959, no comando do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN, Furtado entregou um relatório ao então presidente Juscelino Kubitschek, no qual expressava claramente a noção segundo a qual o desenvolvimento do Nordeste passava pela articulação entre o econômico, o social e o político.

Milton Santos (1985) lembra que o território é onde são realizadas as atividades construídas por meio da herança cultural das pessoas que vivem ali. Há, portanto, uma dimensão histórica e dialética na qual elementos passados resistem, outros são ultrapassados e surgem outros. Assim, o presente relaciona-se com o passado e não se manterá fixo no futuro. No movimento de análise de suas próprias produções em 1996, o referido autor complementa suas reflexões sobre o território, afirmando que ele corresponde às interações naturais e sociais onde se tece uma complexa coexistência entre a natureza e as construções humanas.

Tomando como referências os estudos de Turnes (2008), dentro das especificações do quadro de desenvolvimento brasileiro, o desenvolvimento numa perspectiva territorial pode ser entendido como importante para a sociedade como um todo, e como um caminho para a superação de desequilíbrios econômicos, sociais e ambientais. Para isso, seu processo deve se nortear por diretrizes que incluam a agricultura familiar como a base, focalizando a cooperação entre os atores sociais locais. A melhoria da infraestrutura social é fundamental para a manutenção dos projetos econômicos locais, e as metas estratégicas devem focar na geração de emprego e ampliação da renda envolvendo, especialmente, os jovens e mulheres, os quais se constituem como parte da população economicamente mais frágil, sobretudo no campo. Para o autor, as iniciativas de desenvolvimento territorial com melhores resultados têm sido justamente aquelas

que buscam utilizar o potencial subaproveitado no campo, conseguindo assim, dinamizar também atividades que se situam ao redor, (TURNES, 2008) ou seja, as cidades.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA tem defendido que para se alcançar o desenvolvimento territorial é necessário fortalecer a gestão social e as redes sociais de cooperação, dinamizar as economias locais e articular políticas públicas. O enfoque territorial é uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção. E o Território de Identidade é compreendido como uma rede de relações socioambientais interdependentes, a maior marca dos territórios é o sentimento de pertencimento de sua população.

O governo do Estado da Bahia reconhece a organização territorial a partir da Lei N° 13.214/2014 instituindo o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial – CEDETER e os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável – CODETERS (Lei 13.214/2014). Tal reconhecimento é fundamental para a luta dos movimentos sociais dos territórios, visto que torna mais acessível o diálogo entre sociedade civil e poder público. A referida lei entende o território de identidade como:

[...] a unidade de planejamento de políticas públicas do Estado da Bahia, constituído por agrupamentos identitários municipais, geralmente contíguos, formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos reconhecido pela população como o espaço historicamente construído a qual pertencem, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial conforme disposto no Plano Plurianual do Estado da Bahia (BAHIA, 2014).

Os colegiados territoriais são espaços de formulação e gestão de políticas onde estão presentes as disputas de interesses, os conflitos, a coesão social e a inclusão de novos sujeitos. À medida que a população desenvolve a capacidade de diagnosticar os próprios problemas, “aumenta a visibilidade social” e com isso são introduzidas “formas de socialização transversais e solidariedades” que deixam aflorar as necessidades e aspirações da população *in loco* (ROSANVALLON, 1997, p. 97).

Autores como Dowbor (1999) vêm discutindo esse tema e apontam para as tendências recentes da gestão social destacando a necessidade de “repensar formas de organização social, redefinir a relação entre o político, o econômico e o social, e desenvolver pesquisas cruzando as diversas áreas do desenvolvimento” o que ele

configure como “universo em construção” e desafiante ao processo de gestão social dos territórios. Nessa perspectiva, valorizar o espaço territorial para convivência requer maneiras novas de pensar, sentir e agir no ambiente no qual se está inserido. Sendo assim, a convivência é um reaprendizado constante entre os sujeitos e a realidade do Semiárido por meio de experiências e vivências concretas. A mudança de percepção sobre essa realidade e a experimentação de alternativas de produção apropriada pela população passa a ser a principal garantia da convivência, que para Pimentel (2002, p, 19) trata da “coexistência regida pelos princípios da reciprocidade, da aceitação e do cuidado com o outro reconhecido em sua legitimidade enquanto outro da partilha”, ou seja, aquele com quem cada uma das partes da convivência estabelece laços de complementaridade e interdependência.

Assim sendo, “o futuro da política de desenvolvimento territorial exige um significativo avanço na integração das políticas para o Brasil Rural e uma conseqüente ampliação do universo de ações governamentais, que adotam a abordagem territorial” (BRASIL, 2014), para consolidar um modelo de governança territorial baseado na gestão social, com o compartilhamento, entre poder público e sociedade civil organizada, da formulação, gestão e controle das políticas públicas, com especial atenção à superação das desigualdades de renda, gênero, raça, etnia e geração, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.

Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET/UNEB

Os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial são unidades administrativas com função de apoiar ações de extensão e de assessoramento técnico aos Colegiados Territoriais (CODETERs) e demais atores dos territórios rurais. É um instrumento que vincula-se à estratégia de fortalecimento e consolidação da abordagem territorial da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O programa foi implementado por meio da articulação institucional e operacional de Universidades Públicas Federais e Estaduais, dos Institutos Federais de Educação Tecnológica, das instâncias de gestão social dos territórios e da SDT. Esse projeto surgiu por intermédio da parceria estabelecida entre a SDT/MDA, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O processo de constituição desses núcleos foi dividido em 2 etapas, sendo que na primeira, ocorrida em 2013, foram aprovados 11 projetos de 9 universidades, para alcançar 51 territórios em 8 estados com 135 pessoas envolvidas. A segunda etapa aconteceu em 2014 para atender 138 territórios, com 90 projetos aprovados de 48 universidades em 24 estados com 511 pessoas envolvidas. Ao todo há 101 projetos em andamento, em 189 territórios rurais, 54 universidades ou institutos federais em 27 unidades da federação com o envolvimento direto de 648 pessoas nas atividades no âmbito dos territórios rurais.

O NEDET/UNEB é composto por equipe multidisciplinar com competências, habilidades e responsabilidades específicas, mas, tem no diálogo e na construção coletiva a pauta das suas ações. Essa equipe é formada por uma coordenação geral (assistente social/doutora), uma coordenadora territorial (pedagoga/mestre), uma assessora de gênero e juventude (economista doméstica/mestre), um assessor de inclusão produtiva (engenheiro agrônomo/especialista) e um discente do curso gestão pública da UNEB. A equipe tem assessorado o CODETER/TIPNI tanto na articulação e proposição, quanto no acompanhamento das políticas públicas voltadas à superação das desigualdades de renda, gênero e educação. Ademais, ampliou a participação da Universidade no processo de Desenvolvimento Territorial através da difusão de conhecimentos que visam o fortalecimento da gestão social.

Nesse contexto o NEDET/TIPNI apóia o Colegiado Territorial no sentido de: Fortalecer o CODETER por meio de ações de assessoria técnica que qualifiquem a organização e funcionamento das suas instâncias; Difundir conhecimento, métodos e estratégias que colaborem com o fortalecimento da gestão social no território e Produzir dados, informações e conhecimentos por meio de pesquisas que colaborem para a superação dos problemas territoriais. Vale salientar que o processo educativo é o que demarca a gestão social nos Territórios. A organização social do Colegiado Territorial constitui-se de práticas educacionais intencionais ,planejadas, acompanhadas e avaliadas. As ações decorrem de um amplo processo de escuta, diálogo e demarcação de responsabilidades que envolvem não apenas os sujeitos diretamente participantes, mas, também o coletivo social que estes representam (na maioria, os povos do campo).

Um dos desafios da gestão social é realizar uma inversão cultural na forma como os sujeitos enxergam o lugar em que vivem e suas relações mais ampliadas. No Semiárido Brasileiro, os movimentos e organizações sociais têm investindo no processo

socioeducativo visando adentrar as realidades locais, para compreendê-la em suas características ambientais sociais, econômicas e políticas, e então, alterá-las.

Diante o exposto e por se tratar de um projeto ainda em execução, a análise dos dados do CODETER e das intervenções terá como indicação principal o Índice de Gestão Social (IGS) que vem sendo testado pelo MDA. Ele remete a análise do funcionamento dos Colegiados Territoriais, permitindo aferir a situação das articulações e recursos que possibilitam a gestão social dos territórios. O IGS analisa questões relacionadas à três dimensões: 1. Participação e mobilização; 2. Funcionamento do colegiado como estrutura de governança; 3. Impactos do seu funcionamento.

Descrição dos materiais e métodos utilizados

O cronograma de atividades do NEDET ITINERANTE procurou contemplar todos os municípios do Território do Piemonte Norte do Itapicuru. Na oportunidade foram desenvolvidas atividades de mobilização dos sujeitos membros do Setor Público e da Sociedade Civil, para compor as Câmaras Temáticas do Colegiado.

A proposta institucionalizada através do MDA/CNPq e universidades públicas no Brasil no início de 2015 com a estruturação dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), contemplam também atividades de assistência e assessoria técnica, capacitação e extensão, tendo também enquanto um dos objetivos específicos reunir e analisar indicadores sociais, apoiar no aprimoramento dos resultados dos sistemas de acompanhamento e avaliação das políticas públicas e de organização social, bem como, fornecer elementos preciosos não apenas para os gestores das políticas públicas, mas também para as organizações e instituições territoriais e seus usuários.

Os dados obtidos e as análises realizadas coletivamente fornecerão um “diganósitico situacional” do Território de Identidade e que buscarão apontar diretrizes e metas futuras focadas na sua missão e princípios almejados na sua visão de futuro.

A visão do NEDET ITINERANTE é fomenta a construção de um processo de desenvolvimento viável, justo e sustentável, capaz de promover a inclusão social e melhorar a qualidade de vida da população e a equidade social, através da execução de políticas públicas articuladas, definidas e controladas pelos agentes protagonistas do Território mediante um processo de participação popular ativa e democrática.

Resultados

Os encontros do NEDET Itinerante aconteceram nos nove municípios do TIPNI (Senhor do Bonfim, Campo Formoso, Jaguarari, Ponto Novo, Filadélfia, Pindobaçu, Andorinha, Antônio Gonçalves e Caldeirão Grande) cujo percurso metodológico consistiu em: Apresentação do NEDET e da Equipe/ objetivos; Apresentação da Política Territorial e do CODETER e reestruturação das câmaras temáticas; Escuta local e Identificação dos participantes/representantes interessados em discutir cada eixo temático.

As atividades desenvolvidas até o momento nessa jornada constituíram-se de apoio efetivo na organização e mobilização em conjunto com o CODETER TIPNI, das plenárias do colegiado territorial, planejamento estratégico, PROINF, PORINF MULHER, PRONATEC, realização das conferências territoriais de ATER, de MULHERES, de JUVENTUDE, Projeto COOPERAR, grupo de pesquisa em artes cênicas, feiras territorial de agricultura familiar e economia solidária, elaboração de projetos/editais, palestras e entrevistas, seminários e encontros territoriais, rodas de conversas, estandes temáticos, visitas às comunidades, reestruturação das câmaras temáticas e escutas locais nos municípios TIPNI para aplicação metodológica, objetivando assim, à qualificação do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável - PTDS, entre diversas outras integradas ao processo de gestão social territorial.

Como fruto deste processo de ampla mobilização, podemos visualizar importância à participação popular na definição dos rumos do desenvolvimento, bem como a busca por uma consolidação da gestão social do TIPNI, que de fato agregue diversos seguimentos da sociedade, com a perspectiva de participar do processo de elaboração, execução e avaliação das políticas públicas, isto é, buscar resultados dos encadeamentos das suas ações.

Considerações finais

O TIPNI vive um momento muito especial de fortalecimento de suas atividades e ações com reafirmação da sua identidade social e um ritmo intenso das suas agendas e demandas. Nesse contexto, aponta-se como um dos maiores desafios do Território de Identidade, nesse momento importante, é a reafirmação, pelo dialogo solidário e democrático, dos princípios e diretrizes que irão orientar a caminhada coletiva daqui

para frente dentro do processo de gestão social com foco no desenvolvimento sustentável.

As propostas destacadas nas duas linhas, ratificam a afirmativa de que a gestão social no âmbito do colegiado territorial, sobretudo a partir da assessoria do NEDET, não apenas tem gerado um espaço de construção política diferenciado, como tem provocado uma forte mudança cultural inclusive na forma como os sujeitos do campo passam a redefinir suas necessidades.

A gestão social do Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru educa os sujeitos locais para outras formas de participação social (uma participação direta e fortalecida pelo diálogo), o que tem legitimado a organização dos movimentos sociais, aproximado o poder público das demandas da sociedade, sendo lócus direto das vozes dos sujeitos do campo.

A experiência vivenciada pelo NEDET/TIPNI aponta que a organização política a nível territorial tem contribuído para o significativo empoderamento dos sujeitos do campo aprofundando a capacidade de articular os problemas locais com os globais, fortalecendo os discursos e as estratégias para superação dos problemas vivenciados. Não só tem gerado um espaço de construção política diferenciado, como tem provocado uma forte mudança cultural inclusive na forma como os sujeitos do campo passam a redefinir suas necessidades e se fortalecerem no coletivo social.

Referências Bibliográficas

BAHIA. *LEI Nº 13.214 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014*. Diário Oficial do Estado da Bahia - Salvador, Bahia · Terça-feira, 30 de Dezembro de 2014 Ano · XCIX · No 21.605.

BARBIER, René. *A Pesquisa-Ação*. Brasília. DF: Livro Editora, 2004.

BRASIL. MDA/SDT. PRONAT: Referências para o apoio ao Desenvolvimento Territorial. Brasília/DF, outubro de 2004. Documento preliminar (circulação restrita).

BRASIL. *Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Diretrizes para o Desenvolvimento Rural Sustentável*. MDA/CONDRAF, 2006.

Disponível em http://www.condraf.org.br/biblioteca/documentos_do_condraf/Diretri.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *CHAMADA CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/20014*. Secretaria de Políticas para as Mulheres/ Ministério do Desenvolvimento Agrário. Distrito Federal, Brasília, 2014.

CARVALHO, Luzineide Dourado. A contribuição da educação contextualizada para a relação natureza, cultura e território no Semiárido Brasileiro In REIS, E.S; CARVALHO, L.D. *Educação contextualizada: Fundamentos e Práticas*. UNEB – Campus III, 2011, Juazeiro, BA.

DOWBOR, Ladislau. Gestão social e transformação da sociedade. 1999. Disponível na Internet via http://dowbor.org/8_gestaosocial.asp

MALVEZZI, Roberto. *Semiárido: uma visão holística*. Brasília: Confea, 2007.

MARTINS, Josemar da Silva. Educação contextualizada: da teoria à prática. In: REIS, Edmerson dos Santos; CARVALHO, Luzineide Dourado. *Educação Contextualizada: fundamentos e práticas*. UNEB/Departamento de Ciências Humanas – Campus III/UNEB/NEPEC-SAB/MTC/PPq/INSA. Juazeiro-Ba, 2011.

PIMENTEL, A. *O elogio da convivência e suas pedagogias subterrâneas no Semiárido brasileiro*. 2002. 341 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

SANTOS, M. ET AL. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. [S.l.]: Lamparina, 2007.).

RUAS, Elma Dias et al. *Metodologias participativas de extensão rural para o desenvolvimento Sustentável* – MEXPAR. Belo Horizonte, 2006. 128p.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.

TORRES, Paulo Rosa. *Terra e territorialidade das áreas de fundo de pasto no semiárido baiano* /Paulo Rosa Torres - Feira de Santana: UEFS Editora, 2013. 139 p. .º il.

TURNES, V. A. *Reflexões sobre fluxos migratórios internos de populações no Estado de Santa Catarina*. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, Taubaté, v. 4, n. n.1, p. 155- 194, jan-abr 2008. http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_ESO1333.pdf.

ROSANVALLON, P. and VIVERET, P. *Pour une nouvelle culture politique*. Paris: Seuil 1977.